

PROTOCOLO	Estado de Rondônia Assembleia Legislativa 02 SET 2025 Protocolo: 1130/25	PROJETO DE LEI Nº	1047/25
	AUTOR : DEPUTADO ALAN QUEIROZ - PODEMOS		
<p>Altera a Lei nº 4.105, de 28 de junho de 2017, que “Dispõe sobre a isenção de taxa de inscrição de concurso público para os que trabalham nas eleições.”</p> <p>A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA decreta:</p> <p>Art. 1º Ficam alterados o <i>caput</i> dos artigos 1º e 2º da Lei nº 4.105, de 28 de junho de 2017, que passam a vigorar com a seguinte redação:</p> <p>“Art. 1º Fica isento do pagamento de taxas de inscrição em concursos públicos e processos seletivos realizados pela Administração Pública Direta e Indireta, Autarquias, Fundações Públicas e Entidades mantidas pelo Poder Público Estadual o candidato que, na qualidade de eleitor, tiver sido convocado e nomeado pela Justiça Eleitoral em Rondônia para prestar serviços no período eleitoral, visando à preparação, execução e apuração de eleições oficiais ordinárias ou suplementares, plebiscitos e referendos, nos termos desta Lei.</p> <p>.....</p> <p>Art. 2º O direito à isenção será concedido ao eleitor que comprovar a prestação de serviços em, no mínimo, dois eventos eleitorais distintos - eleição ordinária, suplementar, plebiscito ou referendo - consecutivos ou não.” (NR)</p> <p>Art. 2º Ficam acrescentados o § 1º, incisos I, II, III, IV e V, §§ 2º e 3º ao artigo 1º, o § 1º-A ao artigo 2º e os artigos 3º-A e 3º-B, todos à Lei nº 4.105, de 2017, com a seguinte redação:</p> <p>“Art. 1º</p> <p>§ 1º Para os fins desta Lei, consideram-se convocados e nomeados todos aqueles que, em razão de designação da Justiça Eleitoral, atuarem em quaisquer funções necessárias ao processo eleitoral, inclusive, mas não se limitando a:</p> <p>I - presidente, mesário ou secretário de mesa receptora de votos ou de justificativas;</p> <p>II - membro ou escrutinador de Junta Eleitoral;</p> <p>III - supervisor de local de votação - supervisor de prédio;</p> <p>IV - auxiliares na preparação, montagem, organização e logística das seções eleitorais;</p>			

PROTOCOLO

PROJETO DE LEI

Nº

AUTOR : DEPUTADO ALAN QUEIROZ - PODEMOS

V - quaisquer outros designados pela Justiça Eleitoral para colaborar no processo eleitoral.

§ 2º Entende-se como período eleitoral o intervalo compreendido entre as atividades de preparação, a véspera e o dia do pleito, bem como os trabalhos de apuração e encerramento formal da eleição.

§ 3º Na hipótese de ocorrer segundo turno, cada turno será considerado um evento eleitoral distinto.

Art. 2º

§ 1º-A A comprovação se dará mediante apresentação, no ato de inscrição, de documento expedido pela Justiça Eleitoral contendo o nome completo do eleitor, a função desempenhada, o turno de votação e a data da eleição

Art. 3º-A. O benefício de que trata esta Lei terá validade de 2 (dois) anos, contados da data da última atuação eleitoral comprovada.

Art. 3º-B. Os órgãos ou entidades responsáveis pela realização de concursos públicos e processos seletivos deverão inserir em seus editais a previsão da isenção de que trata esta Lei, bem como as regras e procedimentos para sua obtenção.” (NR)

Art. 3º Ficam revogados os incisos I e II do *caput* do artigo 1º e os §§ 1º e 2º do artigo 2º da Lei nº 4.105, de 2017.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário das Deliberações, 26 de agosto de 2025


ALAN QUEIROZ
Deputado Estadual – PODEMOS

PROTOCOLO

PROJETO DE LEI Nº

AUTOR : DEPUTADO ALAN QUEIROZ - PODEMOS

JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente, Nobres Parlamentares,

A presente alteração proposta à Lei Estadual nº 4.105/2017, tem como escopo ampliar o rol de beneficiários da isenção de taxas de inscrição em concursos públicos e processos seletivos, incluindo todos os eleitores convocados e nomeados pela Justiça Eleitoral para trabalhar nas eleições, visando contemplar todos aqueles envolvidos no processo eleitoral. Antes, porém, cabe registrar que a Lei Estadual nº 4.105/2017 representou um importante avanço ao conceder isenção de taxa de inscrição em concursos públicos para os eleitores convocados pela Justiça Eleitoral, em reconhecimento à relevância da colaboração prestada durante os pleitos eleitorais.

Contudo, a experiência prática revelou que o rol exemplificativo de funções previsto na legislação tem sido interpretado de forma restritiva, o que acaba por excluir da isenção diversas categorias de colaboradores que desempenham funções igualmente indispensáveis para a realização das eleições.

É necessário lembrar que a organização do processo eleitoral depende não apenas de presidentes de mesa, mesários e secretários, mas também de outros convocados, como membros e escrutinadores de Juntas Eleitorais, supervisores de locais de votação (supervisores de prédio), auxiliares de logística, monitores e demais cidadãos nomeados para a preparação, execução e apuração do pleito.

A legislação federal (Lei nº 9.504/1997, art. 98) já contempla de forma ampla todos os requisitos pela Justiça Eleitoral, garantindo-lhes benefícios trabalhistas em razão do serviço prestado. Assim, em homenagem ao princípio da simetria e justiça, é razoável que a legislação estadual adote postura inclusiva quanto à isenção de taxas em concursos públicos para todos os envolvidos no pleito eleitoral sem distinção.

Nesse contexto, a minuta de projeto de lei anexa propõe alteração da Lei nº 4.105/2017, ampliando o rol de beneficiários para todas as pessoas convocadas e nomeadas para atuar nas eleições, em qualquer função designada pela Justiça Eleitoral. Tal medida reforça o reconhecimento e valorização do trabalho voluntário e obrigatório dos cidadãos que colaboram com a democracia, estimula a participação da sociedade no processo eleitoral e elimina divergências interpretativas que vêm sendo observadas na aplicação da lei vigente.

Face ao exposto, apresento o presente PL à apreciação dos meus pares nesta Augusta Casa de Leis, para o qual solicito apreciação e aprovação.

Plenário das Deliberações, 26 de agosto de 2023.

ALAN QUEIROZ

Deputado Estadual – PODEMOS